

LAZER, TURISMO E HISTÓRIA: OS ESPAÇOS DE LAZER NA *BELLE ÉPOQUE* DE ANTÔNIO LEMOS EM BELÉM-PA (1897-1911)**Recebido em:** 28/08/2024**Aprovado em:** 02/12/2024**Licença:** *Paulina Pereira de Aviz*¹

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Belém – PA – Brasil

<https://orcid.org/0009-0002-9649-3788>*Diana Priscila Sá Alberto*²

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Belém – PA – Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-5720-5603>*Raul Ivan Raiol de Campos*³

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Belém – PA – Brasil

<https://orcid.org/0009-0002-2600-9698>*Fabrício Lemos de Siqueira Mendes*⁴

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Belém – PA – Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-4387-8043>

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo expor como os impactos causados pela nova governança de Antônio Lemos e seu novo plano de remodelação para a cidade afetaram os espaços de lazer existentes e a construção de outros. Como problema central na pesquisa, questionou-se quais eram as práticas de lazer na cidade e de que forma cada uma das diferentes camadas sociais fazia uso desses espaços. Para tanto, a metodologia utilizada se deu a partir de pesquisas bibliográficas por meio de artigos e teses. Com base na história, dispôs-se de fontes de jornais, em que surgem informações desses espaços. Em Belém do Pará, o lazer na *Belle Époque* teve seu marco histórico dentro de uma outra revolução, isto é, uma revolução política que alterou o cotidiano da cidade e a maneira como o lazer era percebido até o momento, em cujo resultado se notou uma divisão de classe com relação ao lazer na cidade no período. A classe abastada estava nos cinemas e teatros, ao passo que a população mais pobre, fora do tempo de trabalho, usufruía dos igarapés no entorno da cidade. Constatou-se, então, que, no período lemista, houve exclusão do lazer do centro histórico da cidade de Belém da classe menos favorecida.

¹ Graduanda do curso de Bacharelado em Turismo da UFPA.² Doutora em História Social da Amazônia pela UFPA.³ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos pela UFPA.⁴ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos pela UFPA.

PALAVRAS-CHAVE: *Belle Époque*. Lazer. Turismo. História.

LEISURE, TOURISM AND HISTORY: LEISURE SPACES IN THE BELLE ÉPOQUE OF ANTÔNIO LEMOS IN BELÉM-PA (1897-1911)

ABSTRACT: The present study aims to expose how the impacts caused by the new governance of Antônio Lemos and his new remodeling plan for the city affected the existing leisure spaces and the construction of new ones. As the central problem of the research, it was questioned which were the leisure practices in the city and in what way each of the different social classes made use of these spaces. For this purpose, the methodology used was based on bibliographic research through articles and theses. Based on history, there were sources from newspapers, in which information about these spaces emerges. In Belém do Pará, leisure in the Belle Époque had its historical landmark within another revolution, that is, a political revolution that altered the city's daily life and the way leisure was perceived until then, in whose result a class division regarding leisure in the city was noted in the period. The upper class was in cinemas and theaters, while the poorer population, outside working hours, enjoyed the igarapés around the city. It was found, then, that, in the lemist period, there was an exclusion of leisure from the historical center of the city of Belém of the less favored class.

KEYWORDS: *Belle Époque*. Leisure. Tourism. History.

Introdução

Durante o período em que a cidade de Belém se tornou berço da extração de látex, diversas foram as modificações no centro urbano, sobretudo, com a ascensão do maranhense Antônio Lemos (1897-1911) à intendência municipal da cidade. Por meio da instalação de uma nova política, inspirada no governo do francês *Haussmann* (Souza, 2009), esse período ficou, historicamente, conhecido como *Belle Époque*. Mediante o exposto, discorre-se acerca de um aspecto dessa fase: o lazer. Frente às mudanças de urbanização do governo de 1897 a 1911, dos quais abrangem desde o alargamento das ruas, implantação de bondes, construção de matadouros, fiscalização massiva do comércio, dentre outros, moldou-se uma nova sociabilidade na fase áurea da borracha, conforme afirmava Ana Maria Daou (1955-2004)⁵.

Dessa herança deixada, enfatizam-se, recorrentemente, a arquitetura, o requinte e o cenário político no âmbito das áreas de história, arquitetura e patrimônio. Todavia, poucas ainda são as investigações acerca dos resultados disso tudo no sentido do

⁵ Este trabalho é uma homenagem à Prof.^a Dr.^a Ana Maria Daou (1955-2024) (*in memoriam*).

turismo. Diante disso, é imperioso refletir no que concerne à segregação social que existiu nos meios sociais de entretenimento, anteriores ao começo das viagens.

Com base nessa problemática, o referido trabalho teve por finalidade expor como os impactos causados pela nova governança de Antônio Lemos e seu novo plano de remodelação para a cidade afetaram os espaços de lazer existentes e a construção de outros. Além de observar como as práticas de lazer foram alteradas sob o contexto da *Belle Époque* estabelecida no governo lemista. A partir de fontes históricas, principalmente de jornais da época, tomam-se algumas reflexões de como os espaços de lazer foram se caracterizando e como essas transformações alcançaram o turismo atual na cidade de Belém (PA). As fontes reunidas neste artigo destacam quais eram essas atividades e como se dividam cada uma delas entre a classe mais rica e a mais pobre.

A metodologia utilizada abrangeu pesquisas bibliográficas de autores como: Ana Maria Daou, Maria de Nazaré Sarges, Geraldo Mártilres Coelho, Tania Regina de Luca, entre outros, que versam sobre a *Belle Époque* na Amazônia. Quanto à história do turismo, foram empregados trabalhos de Paulo de Assunção, Celso Castro, Valéria Guimarães, Aline Magalhães e Diana P. Sá Alberto. Segundo Dencker (1998), a pesquisa bibliográfica garante uma revisão teórica do tema e auxilia na formulação de novos conceitos e hipóteses investigativas. Assim, a teoria apresentada esboça uma nova perspectiva sobre a história do turismo na região amazônica.

Para avançar em outra perspectiva dos estudos do turismo e do lazer na Amazônia, a história tem sido uma disciplina imprescindível para caracterizar momentos e fatos que, por vezes, passavam despercebidos no estudo do fenômeno turístico. Conforme Janotti (2015), as fontes históricas ajudam a compreender determinados contextos, e o estudo do lazer e do turismo, durante a *Belle Époque*, podem ser refeitos por meio de diferentes fontes. Inicialmente, as fontes escolhidas

foram de jornais do começo do século XX. As buscas se deram, sobretudo, no *site* da Biblioteca Nacional Digital (BND) na seção da hemeroteca digital.

O período da pesquisa documental abrangeu o segundo semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2024, tendo, aproximadamente, de 20 a 30 fontes de jornais locais com recorte temporal entre as décadas de 1870 até 1910. Os principais periódicos utilizados foram: *Diário de Notícias*; *Diário de Belém*; *Jornal do Pará*; *O Liberal do Pará*; *Correio Paraense*; e *Estado do Pará*. As fontes estavam ligadas a notícias sobre espaços de lazer na cidade de Belém, ainda no período da *Belle Époque*, em torno dos anos de 1870 até meados de 1912.

Nesse recorte, as fontes sugerem a criação de diferentes logradouros, como cinemas, teatros e praças. Essa documentação possibilitou entender a relação desse período histórico com a percepção das práticas de lazer e como o turismo na cidade de Belém ainda tem como referências alguns desses espaços.

Em virtude disso, constatou-se que a reformulação desses espaços, advindos do enriquecimento da extração e exportação da borracha, resultou, sim, na separação desses espaços e, consequentemente, segregação, uma vez que as distintas classes não frequentavam todos os mesmos lugares, pelo contrário.

Mediante o exposto, o referido artigo divide-se em dois itens: o primeiro versa sobre o lazer e aspectos teóricos iniciais, apontando um brevíssimo contexto histórico dessa atividade social que tem ligação importante com a atividade turística. Depois uma abordagem acerca dos espaços públicos e privados de Belém, traçando uma descrição de quais eram e como as classes os utilizavam. Em seguida, uma discussão atual de que forma a construção e a segregação, desde a *Belle Époque*, alcançam os atuais espaços turísticos na capital paraense e, por fim, as conclusões da mencionada

pesquisa. Ao longo do texto, são utilizadas as fontes para fundamentar a discussão teórica.

O Lazer: Alguns Aspectos Teóricos Iniciais

O tempo reservado aos passeios, às viagens, aos *hobbies*, a cozinhar ou a andar de bicicleta, dependendo de seu caráter monetário ou não, pode ser considerado atividade de lazer. Dessa feita, Melo e Alves Junior (2003) afirmam quem no tempo livre das obrigações religiosas, domésticas ou profissionais, é que são vistas as práticas de lazer. Ou seja, para ser considerado lazer, é preciso que seja exercido fora do tempo de trabalho, uma vez que o lazer é considerado produto do trabalho, se não há trabalho, não há lazer. O lazer sem trabalho é ociosidade (Camargo, 1989).

Fruto da luta de classes no contexto da Revolução Industrial, o tempo de lazer surgiu em oposição às extensas jornadas de trabalho do proletariado urbano. Melo e Alves Junior (2003) caracterizam o lazer como um aspecto moderno, nascido com o tempo do trabalho do modelo de serviço das fábricas, acometido a partir da Revolução Industrial. Segundo Camargo (1989, p. 10), as cansativas etapas de trabalho, no princípio da indústria, “apenas deixavam tempo para o sono”, isto é, sequer existia espaço para outra ocupação além da atividade trabalhista, excluindo aspectos ligados ao bem-estar físico e mental do indivíduo. Sendo assim, era mais do que necessário ir ao encontro da luta pelo tempo livre de descanso e lazer, que até então não era prioridade para a lógica capitalista.

No entanto, tão somente após a metade do século XIX, no cenário europeu, é que apareceram os primeiros resultados, conforme discorre Camargo (1989). No Brasil, a luta pelo direito ao tempo livre e à redução de carga horária trabalhista também encontrou alguns percalços, embora tenha sido pauta contínua da luta dos trabalhadores,

que se organizavam em greves e reuniões a fim de debater a redução da jornada de trabalho. Tais conflitos que adentraram o início do século XIX, com manifestações em 1901, 1902, 1905 e assim sucessivamente até, por fim, alcançaram a jornada semanal de 40 horas, apesar das inúmeras oposições (Camargo, 1989).

Por outro lado, apesar dos longos esforços para se conquistar o tempo livre do lazer, este último, também por meio do viés capitalista, tornou-se de difícil acesso em virtude de seu valor monetário e segregação sociocultural (Aquino; Martins, 2007). Segundo os autores, a despeito de se ter conquistado o tempo para desenvolver atividades desse segmento, diferentes classes encontram dificuldades para praticá-lo, seja por causa da segregação territorial ou, mesmo, social. Isso uma vez que, em algumas situações, diferentes classes sociais não têm acesso aos mesmos tipos de lazer ou, em certos casos como se vê a seguir, sequer tem acesso a ele.

Mediante a conquista do tempo livre do trabalho e outras obrigações sociais, tornou-se importante pensar e, consequentemente, criar opções de lazer para serem realizadas nesse tempo livre (Camargo, 1989). Em Belém do Pará, por exemplo, ao se tornar principal protagonista de um novo meio de exploração econômica, isto é, a extração do látex, esse momento procedeu um intenso processo de modernização e urbanização da cidade e da nova política instaurada pelo intendente Antônio Lemos (Sarges, 2010).

Os ideais desse gestor estavam pautados por conceitos progressistas e higienistas que visavam atender às demandas da nova sociedade em ascensão, que chegava a Belém em decorrência da economia gomífera, de tal modo que se manifestaram novos espaços de sociabilidade, os quais se configuraram como recintos de lazer e entretenimento da classe mais abastada da cidade (Daou, 2004; Sarges, 2010).

Com a expansão do ciclo da borracha na Amazônia e seu impacto direto na economia, diversas foram as alterações, positivas e negativas, resultantes desse ciclo e da política de Lemos, mudanças essas que, por sua vez, impactaram a vida comercial bem como a vida social e urbana da cidade de Belém e da cidade de Manaus (Daou, 2004).

Porém, tais modificações não se deram de forma instantânea, pelo contrário, realizaram-se conforme às necessidades da sociedade emergente, posto que “essa remodelação ocorrida no século XIX não se deu apenas pela intensificação da vida industrial (como aconteceu na Europa e na América do Norte), mas pela função comercial, financeira, política e cultural que se desempenhou durante a fase áurea da borracha” (Gonçalves, 2022, p. 5).

Dessa maneira, urge a necessidade da discussão em torno da segregação social existente na *Belle Époque*, visto que, além das implicações urbanas notadas, por exemplo, nos meios de transporte, saneamento básico, saúde e comércio, as principais se sucederam na criação de espaços públicos que remetiam ao Progresso e à Civilização.

Assim, modernos espaços sociais e culturais se formaram no intuito de servir à nova população que chegava a Belém para explorar o ciclo da borracha e ascendia economicamente. Apesar de explorar no seringal, essa classe tinha prazer de ostentar na cidade, com suas estruturas em *art nouveau*. Para Sarges (2010), ainda que essa parcela emergente tivesse como cenário econômico países como a Inglaterra, de outra forma, tinha na França, a capital Paris, como exemplo de cultura.

Aliás, ao se falar em Paris como exemplo de cultura para o Brasil como um todo e, em especial, para as cidades da Amazônia, Mérian (2012) expõe como Belém e Manaus, essa, no que lhe diz respeito, foi a mais importante capital estrangeira a

influenciar hábitos e costumes que se estabeleciam nas respectivas cidades, que se denominou de *Belle Époque*.

Essa última originária do contexto pós-guerra da França, que buscava se reerguer econômica e politicamente. Todavia, até o princípio do século XX, o termo não era notório, porquanto “a expressão *Belle Époque* apareceu depois da primeira guerra mundial, num âmbito de crise econômica de inflação e de grande esforço para a reconstrução de um país que tinha perdido mais de um milhão e quinhentos mil mortos numa guerra bárbara e impiedosa (Mérian, 2012, p. 135).

Por meio desse contexto histórico, político e social, basearam-se as atividades de lazer da cidade de Belém. Entretanto, assim como na *Belle Époque* parisiense, havia seu teor excludente, constatado pelo fato de a maioria dos espaços públicos de entretenimento estar voltado aos grandes empresários do setor da borracha e quase nenhum (às vezes, nenhum) espaço destinado às classes populares. Parte significativa dessa população sem recursos já habitava a cidade e, posterior ao início da sondagem gomífera, estas foram bruscamente isoladas do grande centro da cidade (Mérian, 2012).

Na sequência dos resultados desse cenário, dentre as tarefas que ocupavam o tempo livre da grande elite belenense, pode-se evidenciar ocupações ligadas à cultura e às artes como teatros, parques, cinemas, clubes etc. (Sarges, 1998; Daou, 2004). Estes começaram por intermédio das grandes construções e reformas por parte do governo lemista. Como exemplo, há o caso do Bosque Municipal Marco da Légua⁶, que passou por uma grande reforma e ampliação durante o princípio do século XX, na medida em que os ideias progressistas do intendente valorizavam a contemplação da natureza.

Entretanto, nem somente de contemplação da natureza se restringiam os aparatos de entretenimento da *Belle Époque* de Antônio Lemos, pelo contrário, indispensáveis

⁶ Atualmente, renomeado de Parque Zoobotânico da Amazônia Bosque Rodrigues Alves.

ambientes de expressão da cultura erudita, as casas de ópera evidenciavam os mais luxuosos e requintados lugares de lazer. Nesse contexto, Daou (2004, p. 50) salienta que “dispor de um teatro, ou melhor ainda, de uma casa de ópera, era objeto de concorrência entre cidades”.

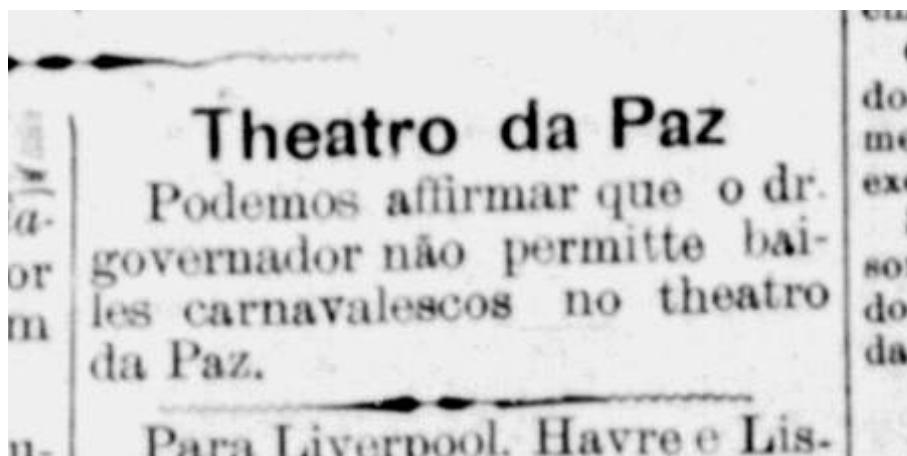
Desse modo, os espetáculos de ópera, as apresentações teatrais no Theatro da Paz, inaugurado em 1878, consagraram-se como atrativos no tempo de lazer disponível dos ricos belenenses, convertendo-se, desse modo, em “protagonista cultural de uma época em que as grandes cidades sempre possuíam um teatro como símbolo de esplendor e riqueza” (Ferranti; Souza, 2013, p. 7).

E se o grande Theatro de Nossa Senhora da Paz (Souza, 2009) era recinto para os abastados, as ruas de bairros afastados eram os lugares de “ópera” das classes populares, que também gozavam de espetáculos à sua moda. Tanto que:

Todo esse refinamento teatral e musical destinado à alta sociedade paraense mais uma vez impediu a massa, o povo, de participar da modernidade em construção. Porém, a falta de espaço físico e de aproximação a tão sofisticadas práticas não foram empecilhos na formação de um teatro popular. A partir da busca por entretenimento e arte, o povo criou seu próprio teatro (Ferranti; Souza, 2013, p. 8).

A princípio, até mesmo em noticiários que circulavam à época, é possível constatar o nível de segregação que ocorria no lugar, com anúncios emitidos no tocante à proibição de algumas manifestações no recente teatro. Fontes como na Figura 1.

Figura 1: Sobre os bailes carnavalescos no Theatro – Diário de Notícias de 1890



Fonte: Hemeroteca Digital BND (Brasil, 2023).

A análise dessa fonte, do Jornal “Diário de Notícias”, de 1º de fevereiro de 1890, representa como os espaços eram discutidos em sua estrutura de uso social e cultural. O documento acima faz refletir como locais, como o teatro da cidade, já eram segregados pelo governo local. Tal fato corrobora com as questões aqui levantadas: o impacto entre a segregação das camadas sociais, com relação ao lazer na cidade, já era notório.

É importante refletir que a história da Amazônia cogita discussões significativas sobre a cultura popular, porquanto ela, mesmo após a *Belle Époque*, cresceu para dividir o espaço cultural na cidade. A criação de grupos de boi-bumbá e de pássaros juninos foi estratégia sociocultural para trazer para a população de Belém, especificamente, a identidade com relação ao seu modo de vida. Segundo Costa (2021), as trupes de bois, que antes viviam sob o olhar da polícia, começavam a despontar como elementos culturais.

Dessa forma, as camadas populares faziam seu próprio lazer, com base em folguedos, rodas de batuque e festejos tradicionais em seus próprios bairros ou em terreiros. Nessa senda, França e Bahia (2019, p. 199) constatam que:

[...] As manifestações culturais das classes populares apresentaram resistência em terreiros, espaços domésticos e áreas alagadas. Isso porque estas áreas encontravam-se distantes dos olhos vigilantes do poder

dominante. Neste contexto, reafirma-se que o lazer é um fenômeno social presente em todas as classes e espaços.

Ante o exposto, comprehende-se que, além dos espetáculos e festejos cívicos, havia também outros afazeres para o deleite do público, juntamente ligado às artes, que eram as exibições de filmes e idas aos clubes da região. Ainda que não houvesse grande opção de cinemas na cidade, algumas exibições cinematográficas aconteciam em bares e cinemas pouco populares, a exemplo do “Bar Americano” e o “Cinema Rio Branco” (Ferranti; Souza, 2013).

Somente após a intendência municipal de Antônio Lemos, em 1912, é que surgiu o Cinema Olympia, um dos mais antigos do Brasil até o presente dia, como se vê na Figura 2 a seguir.

Figura 2: Jornal Estado do Pará – Inauguração do Cinema Olympia em 1912



Fonte: Hemeroteca Digital. BND (Brasil, 2023).

Na Figura 2, analisa-se que a inauguração do Olympia representa o ar progressista do governo de Lemos e que a população a ocupar tal espaço era somente a élite belense, pois como o próprio anúncio registra “[...] o cinema Olympia possue todos os requisitos para tornar-se o centro predilecto do pessoal *smart*”. Essa palavra em língua inglesa pode ser traduzida como: “pessoal elegante”.

Em estudos de Assunção (2012), os primeiros viajantes, sejam esses homens e mulheres, do período colonial em territórios brasileiros faziam questão de pontuar as

suas impressões sobre a população local. Os registros em diários de campo ou, simplesmente, diários de viagem, revelaram, amiúde, o preconceito e a visão colonial que a Europa tinha no tocante aos territórios americanos. Nesse olhar descrito nesses documentos pessoais estava a cultura local, comumente vista como selvagem e sem erudição.

No que diz respeito aos clubes sociais, Daou (2004) discorre que a prática esportiva, a participação nas regatas e nas corridas de cavalo, expressava a noção de civilização, aquelas ocorriam nos clubes Jockey Clube Paraense e nos espetáculos de touradas. No entanto, longe das grandes casas de óperas, cinema e clubes, que se restringiam como territórios dos ricos seringalistas, as humildes comunidades desfrutavam da simplicidade por meio de uma atividade predominante na cidade de Belém, seja praticada por classes ricas ou pobres, da nobreza ou do povo, trata-se dos banhos de rios e igarapés.

Em uma localidade de intenso calor, os banhos de rios não deixaram de estar presentes no cotidiano da população, não obstante, a intensa repressão do governo lemista com seus códigos de posturas, sobretudo, em relação às classes inferiores. Perante isso, Dias (2016) assevera:

Práticas culturais arraigadas às camadas populares, tais banhos desafiavam a ordem pública e a moral, ao mesmo tempo em que representavam um perigo àqueles que ali nadavam, já que as águas barrentas e as correntezas fortes levavam muitos ao afogamento e mesmo ao óbito. Movidas por um ideal civilizatório, a força policial torna-se mais presente – rondando, vigiando e prendendo os que ali banhavam-se – as leis tornaram-se mais rígidas, as formas punitivas, melhor delimitadas, e o valor das multas, maior (Dias, 2016, p. 237).

Tal retaliação acerca do uso da água dos rios para fins de divertimento tinha um motivo, também ligado às ideias progressistas e higienistas de Lemos, haja vista que as águas que entrecortavam a cidade eram apontadas como disseminadoras de algumas doenças virais da época. Contudo, prosseguia o lazer à beira-rio, até serem introduzidos

nos lares burgueses, mas como algo terapêutico, relacionado à saúde e ao bem-estar (Dias, 2016).

À vista disso, com o crescimento da experiência e contribuição dos mais novos meios de transportes da *Belle Époque*, iniciou-se o segmento de lazer distante do núcleo urbano da cidade, isto é, as locomoções para fora de Belém em busca dos balneários em vilas interioranas, a exemplo de Mosqueiro⁷ e Icoaraci⁸. Esses espaços se constituíram como lugares de turismo de segunda residência já na metade do século XX, caracterizado por um alojamento usado em pequeno tempo para o lazer (Tulik, 2001). Em contrapartida, mais uma vez este foi um segmento que se limitou aos mais ricos.

Ante o exposto, o turismo na Amazônia já pode ser historicizado, pois as fontes apresentadas neste artigo elucidaram como determinados contextos socioculturais foram moldando o que se entende, na atualidade, como turismo moderno, segundo Barreto (2003). A prática da viagem, do ir e voltar, do uso de transportes, de equipamentos de gastronômicos e de hospedagem já se faz presente nas narrativas dos/as viajantes. O aspecto da compreensão do lazer no período da *Belle Époque* ajuda a traduzir, brevemente, a história do turismo na região amazônica. Assim, a pesquisa histórica abarca, em anúncios de jornais, como visto na Figura 3 a seguir, notícias sobre os banhos de praia em Mosqueiro.

⁷ Distrito administrativo da cidade de Belém (Dias, 2007).

⁸ Vila até a década de 1950 com a transformação em Distrito do Município de Belém.

Figura 3: Jornal Correio Paraense anunciando banho em Mosqueiro em 1890



Fonte: Hemeroteca Digital BND (Brasil, 2023).

Para melhor leitura, traz-se uma parte da fonte: “É hoje preferida essa povoação, para se passar a estação calmosa, não só pela pureza do ar, constantemente renovado, por uma viração constante, como pelos deliciosos banhos que se offerece. É hoje imensamente concorrida por banhistas em suas praias”. Esse documento é fundamental para refletir o ápice do lazer em Belém no período da *Belle Époque*, tal como para construir uma narrativa de que hoje a ilha do Mosqueiro é um atrativo turístico importante na região.

Os Espaços Públicos e Privados de Lazer em Belém (PA) e o Debate com o Turismo

Os locais de divertimento, na então “Francesinha do Norte” (como era alcunhada Belém no período áureo), eram separados de acordo com a classe econômica da população (Sarges, 1998). Sendo os espaços mais luxuosos, de maior *glamour* e *status*

restringidos aos maiores donos de seringais da capital, e os espaços mais simples, sem muita pompa, deixados para os festejos e outras formas de manifestação popular. Havia, também, os lugares nos quais ocorriam uma espécie de disputa territorial entre ricos e pobres para poder dispor de um pouco de arte, cultura, lazer e entretenimento, como o Theatro da Paz.

Diretamente ligada ao viés político, o novo cartaz da capital da borracha também chegou à segregação dos espaços sob o mesmo viés político. Não apenas no que se refere à separação do entretenimento, assim como durante e após a construção desses novos lugares, sendo alguns construídos do zero e outros reformados à maneira do regime político vigente, a exemplo do Theatro da Paz e do Bosque Rodrigues Alves, respectivamente.

No caso da primeira casa de espetáculos da Amazônia, era de grande significado que um teatro fosse erguido, sobretudo, quando o desejo das capitais era de ter uma imagem moderna uma diante das outras. Para tanto, a inclusão de um espaço como um teatro era o maior sinônimo de progresso àquele momento. Assim sendo, começam os planos para a inserção de um ponto de cultura e intelectualidade na então capital do Grão-Pará.

Esse ideal progressista era muito marcante na gestão de Antônio Lemos, e não somente a cultura era vista como elemento “civilizador”, mas o conhecimento científico também. O Museu Paraense, atual Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), foi outro espaço relevante na configuração da cidade de Belém como território para a descoberta de novos conhecimentos na e para a Amazônia.

Em Sanjad (2010), é factível compreender o papel do MPEG como “colônia científica” na Amazônia. Lá pesquisadores, homens e mulheres, como Emílio Goeldi, Jaques Huber, Emilia Snethlage e Curt Nimuendaju, estudaram os mais diversos

elementos da fauna e da flora amazônica (Alberto, 2022). Assim, a ciência e a cultura eram elementos essenciais para a cidade de Belém.

De acordo com Augusto (2009), as ideias sobre o novo salão de espetáculos começaram ainda na década de 1869, com a indignação de José Bento da Cunha Figueiredo, até então chefe de Estado. Ao término de seu mandato como presidente da província, Figueiredo deixou expresso seu descontentamento com o fato de a capital ainda não dispor de seu próprio teatro:

[...] afirmava que uma capital adiantada e opulenta, como era a do Grão-Pará, não podia mais tolerar a falta de um estabelecimento público de distração. Nesse sentido, havia ordenado no ano anterior a construção de um teatro na Praça de Pedro II (atual Praça da República), com a invocação de Nossa Senhora da Paz, em comemoração aos triunfos das armas brasileiras no Paraguai, triunfos que necessariamente deveriam “trazer as delícias de uma paz honrosa e desejada por todo o coração bem formado” (Augusto, 2009, p. 118).

Desse modo, principiou-se a história do teatro, mas sem muita “paz” como faz a referência ao nome. No decorrer da primeira grande reforma do recinto, no início de 1897, inúmeras foram as desavenças. Os desentendimentos cercavam, particularmente, aspectos da arquitetura, que surgiram desde os primeiros planos de construção, pois se acreditava que o teatro ainda não estava no mesmo patamar estético que as enormes casas de ópera da Europa; nesse caso, o foco principal era o embelezamento (Souza, 2009).

A partir de fontes históricas, foram notáveis os embates quanto à construção do teatro, de forma que tais notícias estavam em alguns jornais na época. Para esta pesquisa, destacam-se: Diário de Belém; Jornal do Pará; e O Liberal do Pará, todos do ano de 1873, em que se notam disparidades de discursos no tocante à construção do espaço. As fontes informam que no 1873, ainda em abril, o Jornal do Pará, segundo a Figura 4, já noticiava que, em “breve”, seriam concluídas as obras e que já se faziam

chamadas para que “homens de letras” pudessem aperfeiçoar a literatura dramática e artística para atender às novas demandas culturais.

Figura 4: O Jornal do Pará de 1873 chamada para artista para conservatório

Conservatorio dramatico paraense.
Estando prestes a serem concluídas as obras do novo *theatro* de N. S. da *Paz*, pareceu-mé muito util crear na provincia uma reunião de homens de letras e artistas para se incumbirem de restaurar, conservar e aperfeiçoar a litteratura dramatica, a musica, a pintura e a declamação, o que fiz por portaria de 29 de março ultimo, nomeando na mesma data uma commissão encarregada de organizar o dito conservatorio e o regulamento do referido *theatre*.
Santa casa da misericordia.

Fonte: Hemeroteca Digital. BND (Brasil, 2024).

Ainda nesse mesmo ano (1873), no mês de outubro, os periódicos Diário de Belém e O Liberal do Pará travavam uma verdadeira luta de narrativas sobre as posições dos engenheiros quanto às obras que eram realizadas e aos equívocos que aconteceram acerca das vigas de sustentação da obra, entre outros problemas descritos nas notícias. A seguir, na Figura 5, tem-se a nota do jornal O Liberal do Pará em que João Francisco Fernandes, responsável pela construção, chama a população para ver o teatro durante as festividades do Círio de Nazaré.

Figura 5: O Liberal do Pará, outubro de 1873, chama a população da cidade para verificar as obras do Teatro da Paz

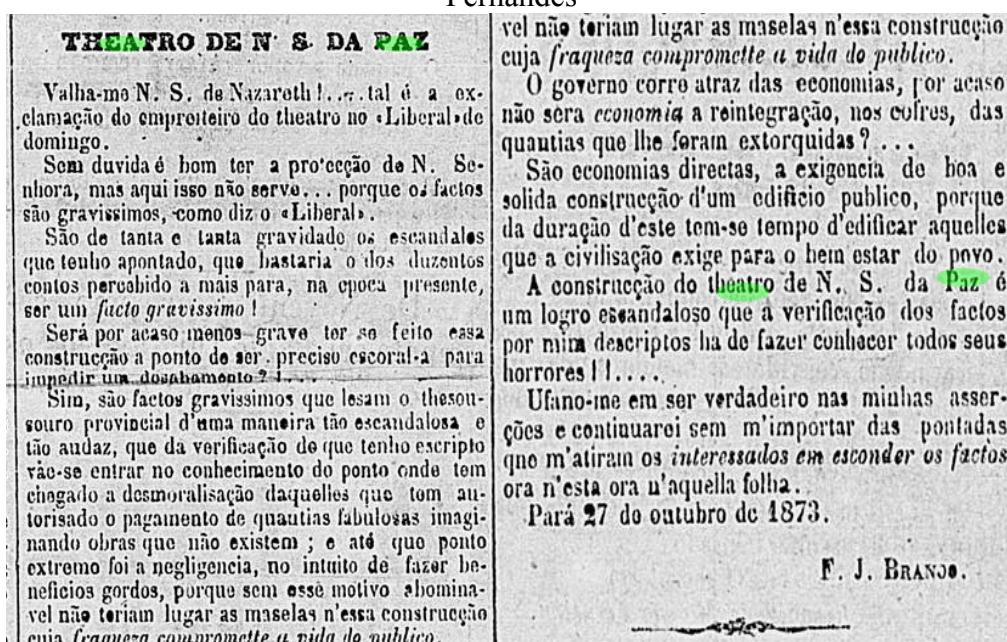
—
THEATRO DE N. S. DA PAZ—O sr. João Francisco Fernandes, emprezario do novo theatro, poem hoje o mesmo edifício a disposição das famílias que d'ahi quizerem ver a passagem do Cyrio.
E' mais uma occasião que o sr. Fernandes propõe ao publico para poder observar detidamente o novo edifício, e assim convencer-se com os próprios olhos da falta de fundamento que existe para as gravíssimas acusações que lhe são feitas, entre as quais sobresai a de procurar elle com a pouca solidez da construcção do theatro sacrificar a sordido interesse a vida de grande numero de pessoas.
Applaudimos este acto do sr. Fernandes.
—

Fonte: Hemeroteca Digital BND (Brasil, 2024).

Alguns dias depois dessa notícia, que foi aclamada pelo referido periódico, o Jornal Diário de Belém, do dia 28 de outubro de 1873, traz a resposta de F. J. Branco sobre as denúncias que este fez das construções, conforme Figura 6 a seguir. Tais narrativas são importantes, dado que põem em voga que espaços como o Theatro da Paz suscitavam discussões que começaram a configurar espaços de poder através desses locais de lazer na cidade. Para compreender melhor essas discussões acaloradas, tem-se uma transcrição da parte da fonte a seguir:

Sem dúvida é bom ter a protecção de Nossa Senhora, mas aqui isso não serve... porque os factos são gravíssimos, como diz o 'O Liberal'. São de tanta e tanta gravidade os escândalos que tenho apontado, que bastaria o dos duzentos contos percebido a mais para, na época presente, ser um facto gravíssimo! Será por acaso menos grave ter se feito essa construcção a ponto de ser preciso escorral-a para impedir um desabamento? Sim, os factos são gravíssimos que lesam o tesouro provincial d'uma maneira tão escandalosa, e tão audaz, que da verificação de que tenho escripto vão se entrar no conhecimento do ponto onde tem chegado a desmoralização daquelas que tem autorizado o pagamento de quantias fabulosas imaginando obras que não existem [...].

Figura 6: Jornal Diário de Belém, outubro de 1873 e a resposta de F. J. Branco ao sr. Fernandes



Fonte: Hemeroteca Digital. BND (Brasil, 2024).

Durante o planejamento do lugar, aconteceram embates entre arquitetos, engenheiros e demais envolvidos na idealização do local. Transcendendo as polêmicas sobre as reformas do teatro, algumas também se fixaram nas classes que deveriam frequentar aquele território, uma vez que ele tinha uma finalidade na sociedade paraense. E, claramente, não era abrigar camadas sociais de pouco poder aquisitivo, aspecto que impactou, até mesmo, a área onde estava situado, alterando o valor dos imóveis ao redor, ampliando a circulação de bondes e promovendo melhorias urbanas (Souza, 2009). Conforme ressaltado por Sarges (1998, p. 171):

É neste contexto histórico-cultural que a rua, espaço de circulação de todos os tipos sociais, exigiu uma reurbanização, de modo que viesse a atender especialmente o lazer e a locomoção dessa elite que tinha avidez em mostrar o seu poder e sua identificação com uma cultura europeia aburguesada.

Em vista disso, por meio da imponente construção e pompa advinda dela, não somente nasceu um patrimônio histórico, bem como nasceram e foram moldados novos hábitos de sociabilidade, política e riqueza, isto é, o teatro estava “na boca do povo”,

nos jornais, nos cafés e nas lojas (Souza, 2009). O problema é para qual povo estava direcionado tudo isso, visto que era mais do que conveniente direcionar o emblemático Theatro da Paz às classes opulentas, sendo estas, por sua vez, pecuaristas, banqueiros, comerciantes, barões da borracha. Porém, tal desejo era público e que os novos grupos é que passavam a demandar tais melhorias (Quaresma; Sarges, 2017).

A própria história do Theatro da Paz, como espaço de lazer e entretenimento durante a *Belle Époque* belenense, evidencia a segregação sociocultural e espacial desse recinto. Embora também tenham registros da participação de outros nichos da sociedade na casa de espetáculos, haja vista que nesses registros estava explícita que não havia uma preferência de cultura erudita às outras culturas. Isso explica a diversidade do público, dado que, em 1840, era proibida a circulação de cativos, o que foi alterado na sequência da promulgação de Lei do Ventre Livre (Souza, 2009).

A divisão de espaços no ambiente também acontecia entre os próprios ricos, visto que cada cubículo dos assentos era direcionado a gêneros e posições sociais distintas (Souza, 2009). A varanda, onde havia os melhores lugares, com a melhor visão do palco, era destinada aos grandes barões, ricos e em posição de chefe de família, assim como a plateia ao centro era indicada para os filhos homens desses gestores de negócios. É interessante refletir acerca dessas fontes, porquanto a divisão social do lazer diz muito sobre a divisão social no turismo, na medida em que, segundo Krippendorf (2001), a relação da comunidade com os espaços turísticos é importante, daí a relevância desse olhar histórico do turismo e do lazer.

Como não era unicamente o público masculino que ali frequentava, a classificação de lugares ocorria também entre as mulheres, porém, de uma forma mais excludente. Isso porque, elas não deveriam dar às vistas no espetáculo, haja vista que

não era algo considerado elegante para moças e senhoras da *high society* paraense. Por isso, costumavam ficar quase que escondidas nos assentos dos fundos (Sarges, 1998).

Em consonância com Souza (2009), a despeito da frequência de classes mais baixas no Theatro da Paz, parecendo, até mesmo, não haver segregação social nele como espaço de lazer da Belém da *Belle Époque*, a presença do povo não deixava de incomodar a classe que patrocinou cerca da metade da construção da casa de espetáculos, isto é, a elite. Esta que gozava das grandes apresentações culturais e esbanjava sua riqueza e requinte, também fazia questão de expressar seu descontentamento ao dividir o luxuoso espaço com nichos que não dispunham do mesmo estilo de vida que eles. Além das regras de condutas, igualmente, existiam outros meios de comunicar o incômodo.

Portanto, tendo em vista o que acontecia fora do núcleo de beleza e perfeccionismo, há a necessidade de investigação desses fatos até então desconhecidos e pouco falados sobre a história do período da borracha em Belém. Ou seja, a separação dos espaços e a segregação entre as classes que culminou em uma divisão espacial. Esta discussão é imprescindível, pois também remete a questões do próprio turismo, que é um fenômeno marcado pela concepção capitalista e, com isso, sua carga de divisão social nos territórios turísticos, as relações entre visitantes e população autóctone (Krippendorf, 2001; Santos Filho, 2005).

Não obstante, quanto à discriminação velada sofrida pelos mais simples no salão de óperas, medidas formais também foram tomadas, a exemplo da entrada deles:

Em 1886, o administrador João Olympio Rangel encaminhou um ofício à presidência da Província solicitando melhorias na casa de espetáculos, entre elas a colocação de “nova entrada para a 4^a Ordem e paraíso separada da entrada geral para evitar que as famílias se vejam obrigadas a envolver-se com a classe de gente que frequenta aquella Ordem” (Souza, 2009, p. 110).

Por intermédio desses exemplos de como era a sociabilidade vivida dentro do teatro, é notória a segregação social do lazer, mesmo que de forma discreta. Embora durante as atrações os mais abastados tivessem de tolerar o máximo possível a presença dos menos abastados, eles não escondiam o preconceito.

Como não se tinha muito o que fazer a respeito da permanência destes no teatro, o que se pôde efetuar foi tentar separar as entradas para que, pelo menos no momento inicial, ambas as classes não se misturassem. Ou seja, mesmo a vontade de um não encontrar por uma fração de segundos na entrada já era o suficiente para a sociedade da *Belle Époque* se sentir bem por não ter contato algum com quem não pertencia ao mesmo patamar de riquezas. Essas fontes são reveladoras, posto que demonstram o quanto a reflexão sobre a divisão social do lazer foiposta no período da *Belle Époque*, de tal modo que este artigo evidencia essa proposta de debate.

Mesmo com tantas disputas, seja entre os ricos e seus lugares de acordo com suas posições, seja entre os populares e seus costumes deselegantes, a classe econômica com menos recursos persistiu e desfrutou da cultura promovida, das companhias de balé, dos saraus e de todo tipo de realização cultura. O que claramente demonstra que, a despeito da pobreza econômica, mantinha-se com riqueza cultural, provando que a ausência de capital e a de posição social jamais devem ser associadas à ausência de gosto pelas artes, pelo erudito ou pela cultura. Pelo contrário, essa última deve sempre estar disponível e de fácil acesso a todos os níveis de camadas sociais, embora até o presente dia haja o lazer segregado.

As fontes históricas sobre as formas de entretenimento e atividades consideradas práticas de lazer na cidade de Belém, provenientes da riqueza produzida por meio da extração do látex, provam que o que foi construído, em meio ao povo, não estava direcionado, de fato, ao povo. Aspecto que, atualmente, em vistas dos arts. 6º e 215º, da

Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), é totalmente antidemocrático. Por isso, a importância de investigar e expor o fato, abandonando a imagem de que durante a *Belle Époque* paraense tudo era belo, visto que, além de ser belo às custas do trabalho escravo de milhares de pessoas fugindo da fome (Sarges, 2010), era, principalmente, uma separação social para a população local.

Ainda estão em construção os estudos sobre os espaços de sociabilidade, a exemplo do Theatro da Paz, praças, clubes e festejos culturais, no período áureo da borracha em Belém. Mesmo assim, são encontrados resumos científicos, capítulos de livros e artigos científicos, discorrendo, brevemente, acerca do assunto, com exceção de algumas dissertações.

No mais, no que concerne às práticas de viagem, o que também deve ser considerado como uma atividade de lazer é a produção científica de Alberto (2022) acerca de mulheres cientistas na Amazônia, em que alguns aspectos de suas viagens comungam com o que, nos dias atuais, denomina-se de turismo moderno, quando se viu em seus relatórios e carta de campo que essas mulheres registravam onde se hospedavam, o que comiam, quais os meios de transporte utilizavam e quais roteiros seguiam.

Desse modo, fica explícito que ainda há muito o que percorrer no que tange às inúmeras facetas da herança do ciclo da borracha deixados na cidade. Convém explorar cada um deles para além do patrimônio material, a exemplo de chalés e monumentos da época, bem como explorar aspectos da sociedade, dos hábitos, costumes, tradições etc. Inclusive, o desempenho do lazer desenvolvido pela sociedade da época, algo que, por meio da construção de arcabouço teórico, pode contribuir muito para a compreensão da época e para os estudos da historicidade do lazer, da história do turismo e da história de Belém como um todo.

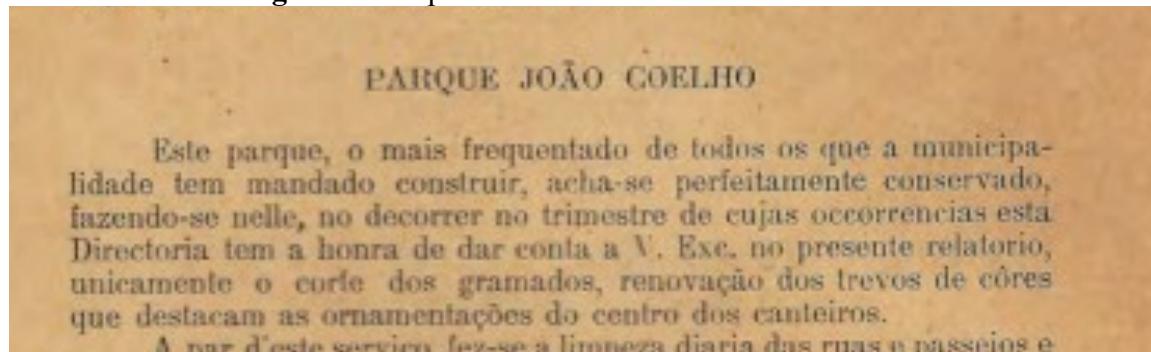
No mais, ainda hoje é possível encontrar resquícios de um lazer segregado na cidade de Belém, lugares elitistas em que a maioria da população não é bem recebida, pontos turísticos da cidade, inclusive. Contudo, aos poucos, essa realidade vem sendo alterada mediante ações municipais e governamentais. A exemplo de benefícios como a meia-entrada estudantil (UNE, 2024), a gratuidade em museus do Estado às terças, as apresentações teatrais com entrada franca no Theatro da Paz e a promoção de atividades culturais. Todo esse conjunto coopera com o desmanche do afastamento de lazer e entretenimento para a sociedade como um todo.

Embora resistisse e até hoje resista para consumir e ocupar espaços da cultura erudita e intelectual da cidade, a maioria dos modos de lazer das camadas mais simples acontecia por intermédio de atividades do cotidiano, ligadas à vivência e ao modo rotineiro em que viviam. No entanto, longe de significar que não poderiam ter gosto pelo erudito, pelo contrário, em meio às duras repressões do governo lemista, as fontes demonstram que era uma cidade que não se construía para eles. Essa parcela da sociedade buscou criar seus próprios mecanismos para desfrute, sem precisar esbanjar poder monetário e títulos sociais.

A construir um legado com base nos ideais progressistas importados da Europa, uma característica recorrente do governo de Antônio Lemos era a preocupação com o meio ambiente e a natureza. Um desses aspectos mais emblemáticos se dá mediante o processo de arborização da cidade com a plantação das tradicionais mangueiras para lhe dar uma identidade (Almeida, 2013). Não apenas a arborização do centro urbano estava em seus planos, bem como a criação de espaços de preservação e contemplação da natureza, cuja finalidade era tornar a capital um modelo de progresso, espaços que, por sua vez, converteram-se em espaços de lazer.

Entre esses locais naturais, pode-se destacar, além do Bosque Rodrigues Alves, o Parque João Coelho. No relatório de 1910 apresentado à Câmara, é considerado um dos mais frequentados na época, como mostra a Figura 7 a seguir.

Figura 7: Parque João Coelho no relatório de 1910⁹



Fonte: Fundação Cultural do Pará. Obras Raras (Pará. FCTN, 2023).

A partir dessa fonte (Figura 7), do relatório de 1910, o então intendente Antônio Lemos, ao tratar das questões de embelezamento ambiental da cidade, elucida acerca do Parque João Coelho, enfatizando como ele estava “perfeitamente conservado”, além de enfatizar que a manutenção da paisagem estava em impecável ordem. Nessa documentação, verifica-se uma preocupação com uso da natureza. Para as sociedades europeias, o contato com o ambiente natural era comum, para além da vivência, mas de contato com o belo. A Amazônia despertou o interesse, desde o século XVI, de homens e mulheres que aqui desejavam conhecer o “Éden, o Paraíso verde ou até mesmo o inferno verde” (Gondim, 1994).

Em virtude de ser localizada no berço da Amazônia, de clima tropical e paisagem natural, parte dos hábitos de passatempo em Belém estava relacionado ao meio ambiente, isto é, desenvolviam-se ocupações do tempo livre em ambientes

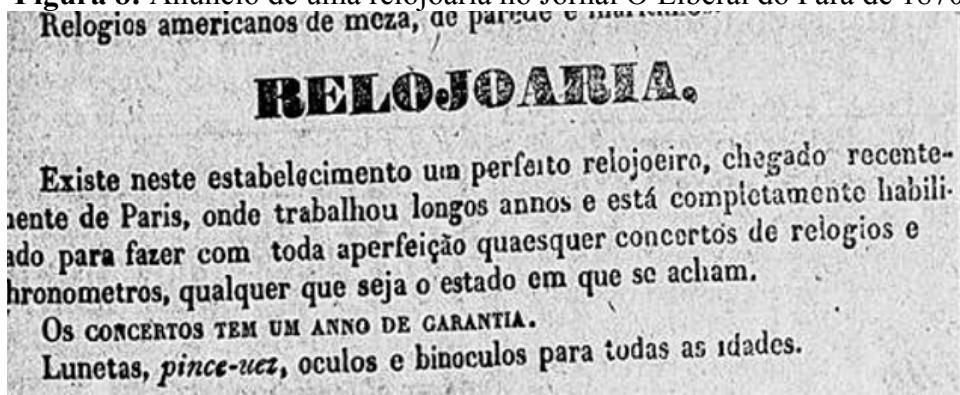
⁹ “Este parque, o mais frequentado de todos os que a municipalidade tem mandado construir, acha-se perfeitamente conservado, fazendo-lhe nelle, no decorrer do trimestre de cujas occorrencias esta Directoria tem a honra de dar conta a V. Exc. no presente relatorio, unicamente o corte dos gramados, renovação dos trevos de côres que destacam as ornamentações do centro dos canteiros”.

abertos, ligadas à natureza, dentre outros, que era parte do plano “verdejante” Lemista (Vieira, 2010).

Entretanto, se os exercícios do tempo livre dos influentes seringalistas e suas famílias tinham como significado contemplar a natureza como sinônimo de progresso, civilização e intelectualidade com seus jardins, bosques e parques, o segmento afastado do centro urbano se ocupava de viver o natural, ou seja, em sentido quase que literal, o de não apenas contemplar intelectualmente, mas estar envolvido.

Nesse sentido, nota-se a distinção do lazer entre as esferas sociais da sociedade paraense; nesse sentido, para Sarges (1998, p. 170), “[...] em relação ao divertimento, a elite procurava, ao menos no discurso, seguir o modelo parisiense”, conforme a Figura 8.

Figura 8: Anúncio de uma relojoaria no Jornal O Liberal do Pará de 1870
Relogios americanos de meza, de parede e de viagem.



Fonte: Hemeroteca Digital. BND (Brasil, 2024).

Desse modo, enquanto os residentes dos centros urbanos optavam por se deleitar com as atrações correlatadas à cultura progressista, que possuíam, em seu bojo, a estética, a etiqueta, a opulência e a ostentação, a categoria que vivia isolada disso procurava criar suas próprias manifestações por intervenção do que seu próprio dia a dia oferecia. Contudo, deve-se considerar que a retirada de parte das pessoas não ricas dos centros urbanos está, diretamente, ligada à política de segregação da intendência de

Antônio Lemos, isto é, não era por vontade que elas estavam excluídas, mas por caráter de expulsão.

Como salientado anteriormente, um dos protagonistas que ocupava o tempo livre do povo belenense eram os banhos, que aconteciam nos rios da cidade. Banhada por inúmeros deles e castigada pela umidade do clima tropical, seria até irônico se os habitantes da cidade não empregassem, de forma útil, o uso dos rios (Almeida, 2010). Felizmente, foi o que se sucedeu na “pequena Paris” do século XX, agregado como aspecto de divertimento, assim como se tornando parte da cultura. Diferentemente dos que consumiam culturas importadas da Europa, esses optaram por criar algo próprio.

Os banhos, por sua vez, aconteciam em espaços abertos da cidade, em virtude dos meios pelos quais eram encontradas as águas, ou seja, poços e fontes (Vieira, 2010). Dessa feita, em uma capital que já sofria com o abastecimento de água desde àquela época, os populares aproveitavam onde achassem lugar para tal, o que, injustamente, despertava a fúria de Lemos e da elite ascendente, como se vê:

Para a elite belenense, maior interessada na remodelação da cidade e na condenação de hábitos e costumes anteriores da população, Belém não estaria caminhando na linha do “progresso”, no processo de “civilização”, se conservasse os poços e fontes públicas e, por conseguinte, os banhos nestes (Vieira, 2010, p. 68).

Em vista do excerto, comprehende-se que, por mais que pareça inócuo, os banhos públicos sofriam repressão, como também os banhos de rios encontraram algumas dificuldades na *Belle Époque* de Antônio Lemos, uma vez que sua política de higiene também mirava nas nascentes, haja vista a relação entre a água e a urbanização era considerada uma relação que resultava na proliferação de doenças no meio urbano.

Assim, Lemos não mediou esforços para o controle de tais espaços, como está explícito em seus relatórios. Para além da transgressão dos códigos de postura do gestor, a repressão dos banhos de rios também ocorria por causa da exibição do corpo em

nudez parcial ou completa, aspecto ligado ao pudor (Vieira, 2010). Mesmo frente às proibições, os banhos públicos ou em rios não deixavam de acontecer, como apresenta o autor:

Contudo, mesmo com o rigor da proibição dos banhos no litoral pela administração lemista, parte dos belenenses permaneciam praticando este costume. A persistência destes banhos pode revelar a reafirmação e a resistência de belenenses que não se identificavam com a imposição de valores veiculados pela Intendência (Vieira, 2010, p. 68).

Mesmo que insistisse, era visível que o regime lemista não conseguia controlar a situação como um todo. Ainda que não medisse esforços para instaurar seu plano de civilização, o então intendente não obteve sucesso na remodelação de costumes, tradições e hábitos no que diz respeito à população do diferente contexto oriundo da Europa (Sarges, 1998). Porém, os maus olhos direcionados aos banhos não mantinham como único motivo a questão do pudor, mas também a da mistura entre homens e mulheres banhando-se juntos (Vieira, 2010). Novamente, evidenciam-se registros de uma reclusão da figura da mulher na sociedade da época.

Assim sendo, pode-se constatar a diversidade que havia no lazer popular daquela época, mas não a diversidade na finalidade de várias opções, isso também, mas aqui se trata dos diversos entraves que os moradores fora do centro urbano encontravam para ter um momento de descanso. Isso porque, além de lidar com a discriminação da intendência municipal, ser despejados de suas moradias nos centros, ser repelidos pelos códigos de posturas municipais, dentre outras situações, tinham alguns de seus entretenimentos considerados imorais.

Imperioso ressaltar que foi uma parcela da sociedade que resistiu para vivenciar o lazer, o descanso do tempo de trabalho, aparato mais do que indispensável para a saúde física e psicológica do indivíduo. O momento de recuperação de forças para

voltar a construir a *Belle Époque* de Antônio Lemos, sim, pois, apesar do capital advir dos seringalistas, claramente, não eram suas as mãos que eram colocadas na “massa”.

Ainda no que concerne ao meio ambiente como vetor de lazer no século XX, as águas também ocupavam lugar nas atividades da classe emergente, porém, ao rigor da época, isto é, o seu uso ocorria por meio de exercícios em clubes particulares, de esportes náuticos, a exemplo do esporte de remo, como sugere França (2018, p. 102):

Com a propagação dos clubes esportivos, se constituiu na cidade, entre as elites, uma cultura de lazer em espaços privados, onde podiam ostentar joias e roupas, em grandes bailes, como os bailes de máscaras, festa das flores, entre outros, que entraram para a história local. Durante os finais de semana as famílias Reunião se nas piscinas e restaurantes dos clubes dotados de infraestrutura poliesportiva.

Segundo França (2018), naquele momento, surgiu, também, a canoagem, hábito esportivo trazido por ingleses que trabalharam na cidade durante o período da extração gomífera, esporte que, por seu turno, rapidamente, ganhou o gosto das elites. Diante disso, unicamente quando o rio se tornou objeto de recreação da aristocracia belenense é que passou a ser mais valorizado, maioria, pela mídia em circulação do período, resultando no planejamento urbano do mesmo.

Ante o exposto, observa-se, mais uma vez, a desigualdade entre o lazer das distintas classes sociais da “pequena Paris”, assim chamada Belém no período áureo da borracha (Sarges, 1998; Daou, 2004). Tendo vista que, enquanto o rio como elemento de lazer dos pobres era sinônimo de imoralidade, propagação de doenças e inibição por parte da gestão, o mesmo rio, como lazer dos ricos, era mais um caminho para ostentar, diferenciar-se dos demais e fazer investimentos financeiros. Assim, França (2018, p. 107) assevera que “[...] as formas de lazer das camadas populares pouco foram citadas na história”.

Curiosamente, ao final de seu legado, Antônio Lemos fora expulso de seu paraíso de civilização e progresso, da mesma forma como um dia expulsou inúmeros populares dos seus cortiços. Certo dia, Belém não era mais para ele tal qual um dia decidiu que não era mais para aqueles que não abrangiam os barões do período áureo da borracha (Sarges, 2010). Nesse cenário, as referências históricas tornam-se elementos importantes para compreender a caracterização da história do lazer e do turismo na região amazônica.

Ainda assim, Lemos deixou seu legado na história da *Belle Époque* amazônica, mas, como em qualquer governo, apresentando os seus lados negativos e positivos. No entanto, não devem cair em esquecimento os rastros de um governo segregatório, excludente e discriminatório, sobretudo, em aspectos como o do lazer, direito fundamental ao bem-estar de uma sociedade. Dessa maneira, não há plena preocupação com o bem-estar de um povo se há isenção de oportunidades de descanso, acesso à cultura, ao divertimento e ao aproveitamento dentro de sua própria morada.

Perante questionamentos e investigações, pode-se descobrir mais desse traço da intendência de Antônio Lemos entre 1897-1911, uma vez que urge a necessidade de ampliar para além do mito de uma *Belle Époque* em que nem tudo era belo como o patrimônio material deixado por ela. Tendo em vista o tempo longo que tudo isso durou, há muitas características que podem ser investigadas ainda, a fim de resgatar e reforçar a história do Estado do Pará. E o fenômeno turístico é uma delas, visto que o lazer é um campo amplo e, dentro deste, o turismo é um elemento imprescindível.

Diante do que há para ser investigado, serão muito valiosas as colaborações desses resultados para o ramo científico-acadêmico, bem como para a preservação histórica, cultural e patrimonial do Pará. A relação entre o turismo e a história tem sido uma parceria basilar para compreensão desse fenômeno que atingiu seu ápice no século

XX, com características capitalistas, principalmente. E o estudo do lazer durante a *Belle Époque* tem proporcionado uma ligação histórica interessante entre a história da Amazônia e o turismo.

Considerações Finais

Sob os fatos científicos analisados no transcurso da pesquisa bibliográfica e análise dos periódicos da época, em tese, todos constatam a *Belle Époque* paraense como uma época de ouro, de progresso, de crescimento econômico e de muitos outros pontos positivos e favoráveis, essencialmente, quando o político Antônio José de Lemos ascendeu à política paraense.

Em contrapartida, em algumas fontes mais específicas sobre determinados detalhes da *Belle Époque*, nota-se, com clareza, os pontos negativos e nenhum pouco favoráveis, esses que, por sua vez, recaíram mais sobre a camada popular da cidade de Belém do que qualquer outra, com exceção dos forasteiros que vinham servir nos seringais. Particularidade estas que foram notadas desde as regras de condutas sociais, hábitos culturais, urbanização até a alteração de lugares nos quais uns podiam frequentar livremente e outros, não.

Acerca da problemática abordada, é possível destacar, positivamente, que as remodelações urbanas de Lemos modificaram a estrutura do lazer dos cidadãos, o que é comprovado por meio das discussões das fontes. Respondendo ao objetivo da pesquisa, foi notório como as pessoas sem muitos recursos financeiros sofreram uma segregação social no nicho do lazer, mas também como foram excluídas do centro urbano de Belém, como uma forma de “esconder” que eles existiam. E é através dos fatos históricos e da importância de as investigações que se comprova que essa camada socialmente excluída existiu, foi injustiçada e negligenciada.

A apreensão de fatos históricos que ligam a relação entre o lazer e o turismo estudado durante a *Belle Époque* neste trabalho foi essencial para ampliar o debate da história do turismo na Amazônia. Esse fenômeno sociocultural e econômico tem somente a ganhar com esse tipo de investigação. Isso na medida em que as fontes históricas demonstraram que, na história de Belém no decorrer da exploração da borracha, podem ser ainda analisadas temáticas como essas levantadas nessa pesquisa.

Adicionalmente, por meio do presente trabalho, houve a possibilidade de verificar a segregação social dos espaços públicos e privados destinados ao lazer durante a época em que foram implementadas medidas políticas de urbanização, modificações e construções na cidade de Belém, tempo que ficou conhecido historicamente como *Belle Époque*. Perante o exposto, esta pesquisa deixa em aberto mais possibilidades de investigação nas áreas do lazer, do turismo, da história, entre outras disciplinas.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, D. P. S. **Emilia Snethlage e Heloísa Alberto Torres**: gênero, ciência e turismo na Amazônia do século XX. 2022. 262 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15593>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ALMEIDA, C. M. R. **As águas e a cidade de Belém do Pará**: história, natureza e cultura material no século XIX. 2010. 340 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALMEIDA, T. R. C. de. Belém, uma história Ambiental: representações da natureza na capital paraense (1897-1902). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 2013, Natal. *Anais* [...]. 2013.

AUGUSTO, A. J. Das delícias de uma paz honrosa: o Theatro da Paz e seus congêneres no Império brasileiro, 1817-1878. **Revista Estudos Amazônicos**, [S.l.], v. IV, n. 1, p. 117-142, 2009. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?user=bI5Uey1Awq8C&hl=pt-BR>. Acesso em: 26 jun. 2023.

AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. de O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 479-500, set. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/27034>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ASSUNÇÃO, P. de. **História do Turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX – viagens, espaço e cultura**. Barueri: Manole, 2012.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do Turismo**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. **Acervo da Hemeroteca**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Disponível: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: nov. 2023 a abr. 2024.

CAMARGO, L. O. de L. **O que é lazer**. 2. ed. Brasiliense: São Paulo, 1989.

COSTA, A. M. D. da. Os folcloristas da dança dramática: a tradição musical do boi-bumbá, segundo a Missão de Pesquisas Folclóricas em Belém do Pará (1920-1930), 2021. In: FERREIRA, A. da S. (Org.). **História, cultura, trabalho e instituições na Amazônia**. Manaus: Valer, 2021. p. 108-208.

DAOU, A. M. **A Belle Époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, D. da C. Cidade e Natureza: as águas relendo uma Belém da *Belle Époque*. **Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid Campinas**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 13, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/login>. Acesso em: 30 jun. 2024.

DIAS, M. B. **Urbanização e ambiente urbano no distrito administrativo de Icoaraci, Belém-PA**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FRANÇA, J. P.; BAHIA, M. C. Espaços Públicos de Lazer e Cidade: Confirmação de Praças Públicas em Belém-PA. **Nova Revista Amazônica**, [S.I.], v. 2, set. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/12553>. Acesso em: 26 jun. 2024.

FRANÇA, J. P. **Espaços públicos de lazer e cidade: desdobramentos em Belém-PA, o caso Orla Portal da Amazônia**. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FERRANTI, T. R.; SOUZA, C. P. B. de. Arte e Cultural na Belém da *Belle Époque*. **Revista Tríias**, [S.I.], Ano III, n. 6, jan./jul. 2013. Disponível em: www.revistatrias.pro.br. Acesso em: 27 jun. 2024.

GONÇALVES, A. M. O processo de urbanização na cidade de Belém do Pará durante a *Belle Époque* e seus impactos. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 1-13, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/37865/27439>. Acesso em: 26 jun. 2023.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

JANOTTI, M. de L. O livro ‘Fontes históricas’ como fonte. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 1-15.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

MÉRIAN, J-Y. A *Belle Époque* francesa e seus reflexos no Brasil. A *Belle Époque* Brasileira. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL A *BELLE ÉPOQUE* BRASILEIRA, 2012, Lisboa. **Anais** [...]. Lisboa, 2012. p. 135-162. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/20130604-atas_belle_epoque.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.

MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. **Introdução ao Lazer**. Barueri: Manole, 2003.

PARÁ. Fundação Cultural do Pará. **Acervo de Obras Raras**. Belém: Biblioteca Pública Arthur Vianna, 2023.

QUARESMA, L. A. B.; SARGES, M. N. S. Entre o povo e a elite: percepções de Belém na obra de Humberto de Campos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 29., v. 1, 2017, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: UNB, 2017.

SANJAD, N. R. **A Coruja de Minerva – O Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

SARGES, M. de N. **Belém**: riquezas produzindo a *Belle Époque* (1870-1912). 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SARGES, M. de N. **Memórias do “velho” intendente**: Antônio Lemos – 1869-1973. 1998. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SANTOS FILHO, J. dos. **Ontologia do Turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

SOUZA, R. S. de. **Histórias invisíveis do Teatro da Paz**: da construção à primeira reforma. Belém do Grão-Pará (1869-1890). 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

UNE. União Nacional dos Estudantes. **Carteira Estudantil de Meia Entrada**. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/meia-entrada-o-que-e-e-como-funciona>. Acesso em: 3 jul. 2024.

TULIK, O. Turismo e meio de hospedagem: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001.

VIEIRA, D. D. J. Belém: Sociedade e Natureza (1897-1911). **Revista Territórios e Fronteiras**, [S.I.], v. 3, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosfronteiras/index.php/v03n02/article/view/68>. Acesso em: 26 jun. 2023.

Endereço dos(as) Autores(as):

Paulina Pereira de Aviz
Endereço eletrônico: paulinaaviz5@gmail.com

Diana Priscila Sá Alberto
Endereço eletrônico: dianaalberto.ufpa@gmail.com

Raul Ivan Raiol de Campos
Endereço eletrônico: raulcampos@ufpa.br

Fabricio Lemos de Siqueira Mendes
Endereço eletrônico: fabriciolsm@ufpa.br